



# **I Seminário Regional de Políticas Educativas e Autogoverno**

03 a 04 de junho de 2019 – UFFS Campus



## ***POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL DOS NEGROS E O ACESSO À EDUCAÇÃO***

Bruna Marcos Velho<sup>1</sup>

Eixo Temático: Políticas Educacionais e o direito à educação

### **RESUMO:**

O trabalho aborda a história da educação no Brasil, com ênfase no acesso à educação dos negros. Tendo como base a política pública educacional de obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental ao ensino médio: Lei 10. 369 de 2003, alterada para a Lei 11.645 de 2008, que se mostra importante para garantir e valorizar o conhecimento desta população. O estudo é relevante para compreender o processo histórico e atual do direito social: à educação. O tema faz parte de uma pesquisa em nível *stricto sensu* em andamento.

**Palavras-Chave:** Negros no Brasil. Acesso à Educação. Política Pública Educacional.

### **1 INTRODUÇÃO**

Analisar o papel histórico da educação, seus processos e perspectivas se mostra de grande relevância para os debates acadêmicos. Havendo uma relação existente entre os fatores que atuam na organização e estrutura do sistema educacional brasileiro. A história de formação territorial e colonização do Brasil foi estruturada na grande propriedade e mão de obra escravocrata, baseadas em um modelo ocidental europeu.

Analisar e compreender como ocorreu o progresso de cidadania no território brasileiro é de extrema importância, através de mecanismos que abordam, as formas de organização civil, política e social que contribuíram para a atual sociedade brasileira, que percorreu um longo caminho. Carvalho, (2004, p. 11) “trata-se da educação popular. Ela é definida como direito social, mas tem sido historicamente um pré-requisito para a expansão dos outros direitos”.

Ao retratar o povo brasileiro, estamos contando a nossa própria evolução histórica, bem como as nossas origens, trajetória e caminhos para a estruturação da sociedade brasileira. Na formação do território brasileiro, a base está nas matrizes étnicas, sendo o nativo, negros e portugueses. Assim, os negros possuem um importante papel na formação territorial do Brasil, buscando analisar a história do acesso à educação e o as políticas públicas educacionais que se constituíram ao longo do tempo, com ênfase para a Lei 10. 369 de 2003, alterada para a Lei 11.645 de 2008.

### **2 METODOLOGIA**

Para desenvolver o estudo apresentado foi utilizado de uma metodologia bibliografia, apontando autores que abordam a história da educação no Brasil e as Política Pública Educacional dos negros no Brasil, com ênfase da Lei 10. 369 de 2003, alterada para a Lei 11.645 de 2008, que aborda a temática da história e cultura dos afrodescendentes,

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura Plena em Geografia / UNESPAR, 2014. Pós-graduada em Gestão de Educação do Campo / FACEL, 2014. Pós-graduada em Educação, Pobreza e Desigualdade Social / UFSC, 2017. Pós-graduada em Gêneros e Diversidade na Escola / UFSC, 2017. Mestranda em Educação / UFFS, 2018-2020 E-mail: [bruna.marcos.velho@outlook.com](mailto:bruna.marcos.velho@outlook.com).

africanas e indígenas nas escolas públicas e privadas. Valorizando e reconhecendo a história do direito à educação e os outros dos cidadãos negros.

Este processo também está sendo realizado na pesquisa em andamento em nível *stricto sensu* pela Universidade Federal da Fronteira Sul campus de Chapecó (SC), que busca maior abrangência e análise das políticas públicas educacionais acerca dos negros. Utilizando da análise de conteúdo da Bardin, o trabalho se estrutura em “diferentes fases da análise de conteúdo” (BARDIN, 2011, p. 125), se organizando em três núcleos cronológicos: 1) a pré-análise, 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados. Isso que está sendo abordado para a pesquisa em andamento e os resultados prévios aqui apresentados.

Primeiramente com a escolha de documentos e na revisão da literatura do que já havia produzido, por meio de uma abordagem da trajetória histórica e cultural dos negros no Brasil, voltando-se, de modo especial, para o acesso dos negros a educação. Apresentando a característica de análise do material bibliográfico e documental.

Está abordagem é a parte inicial da pesquisa, que terá como continuidade uma entrevista/inquérito que busca analisar a representatividade dos negros no município de Concórdia, Santa Catarina e o papel da educação neste processo.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Retratando a expansão da educação da população no Brasil desde o período colonial foi possível concluir que é um direito social que ficou restrito a uma parte da população. O resultado era uma população que não direito social à educação.

Neste sistema, os direitos a população negra enfrentavam uma lentidão, principalmente acesso e permanência na educação, pois, até a abolição da escravidão em 1888, eram tidos como escravos, assim, não tinham direitos. Na “constituição outorgada de 1824, que regeu o país até o fim da monarquia [...] os escravos, naturalmente, não eram considerados cidadãos” (Carvalho, 2004, p. 29), apenas assegurados o trabalho braçal e respeito aos seus donos. Para Carvalho (2004, p. 19) “o fator mais negativo para a cidadania foi a escravidão”. Desta forma, o processo de escravização no Brasil traz perspectivas negativas para o progresso da cidadania e a conquistas dos direitos sociais, civis e políticos. Mesmo pós-abolição as desigualdades continuam, isso mostra como este processo se reproduziu mais na teoria do que na prática.

Nos últimos anos teve se assistindo o surgimento de políticas públicas educacionais que consolidem a garantia e valorização da população negra. Sendo necessário, que se propague o estudo entorno da história e cultura dos negros, para que haja uma efetiva inserção dos negros, não apenas como uma categoria, mas como um estudo que se torna necessário e eficaz, dentro das instituições escolares. A importância da *Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08*, por meio dela o estudo do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana se tornou obrigatório, devendo ser desenvolvido em instituições públicas e particulares, abrangendo o ensino fundamental até o ensino médio; havendo uma garantia formal. Assim, “considerando a Lei 10.639/03 como uma forma de reparação de uma dívida social com a população negra, contraída em função do longo período escravista, das políticas de embranquecimento, do mito da democracia racial e das práticas racistas” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017, p. 62).

Alguns dos desafios que este processo apresenta é a questão mais formal do real, sendo retratado apenas em algumas disciplinas, estando incluso no material didático. As

“diversas dificuldades no processo de implantação da Lei 10.639/2003, relacionadas à formação de profissionais de ensino, à disponibilidade e à divulgação de recursos para o ensino, à intolerância religiosa, entre outros” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017, p. 58). O que fica nítido é que a política pública educacional para desenvolver este estudo já é formalizada, porém é necessário um engajamento dos profissionais, educandos e de toda a comunidade escolar. Bem como medidas para fiscalizar se o estado, prefeituras e escolas buscam medidas para desenvolver o tema. Além de campanhas e programações que mostrem a relevância do conteúdo, para que como cidadãos brasileiros, possuidores de direitos e deveres, conheçamos e valorizemos nossa história e cultura, assim como as diversidades existentes e o respeito com cada etnia ou raça.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Há uma dificuldade quanto o acesso e permanência dos negros no sistema de ensino. Que por meio de ações e políticas públicas os últimos anos, tem inserido os negros nos espaços de ensino. Após, 130 anos da Abolição da Escravidão, ainda é necessário que haja medidas para o acesso da população ascendentes de escravos e negros, para conseguir eliminar as barreiras que o passado consiste em perpetuar.

Os resultados das ações afirmativas se mostram positivas, além de propicia maior conhecimento e diversidade de estudo, englobando as vivências, costumes e conhecimentos, que junto com o conhecimento científico se apropriam de teorias essenciais para a vida em sociedade. As políticas e ações afirmativas que retratam a população negra e afrodescendente precisam continuar ocorrendo, para que as desigualdades sociais e raciais sejam erradicadas, principalmente em um país que possui a maior parte da população que se autodeclara parda e preta, mas que continua reproduzindo discriminações pela cor da pele, cultura e religião.

A educação, que a cada momento passa por grandes transformações se tornou de grande relevância para a sociedade brasileira, estando relacionada ao sistema econômico vigente. Atualmente, há grandes produções e pesquisas que retratam o processo e progressos educacionais no Brasil. As práticas que ainda se mostram resistente às minorias e diferenças, há ainda muitos preconceitos, olhando primeiramente a cor da pele de determinada pessoa, mesmo o tema estando cada vez presente e frequente nos diferentes espaços. Assim, a luta dos movimentos sociais dos negros deve se fazer presente, buscando disponibilizar aporte teórico para o setor educacional e social, desenvolvendo ações que criem espaços de respeito às diversidades.

#### **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine; SANCHEZ, Livia Pizauro. **Implementação da Lei 10.639/2003** – Competências, habilidade e pesquisas para a transformação social. Proposições: São Paulo, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.